



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

PROJETO BÁSICO

Demanda nº. 20/2020		AQUISIÇÃO DE VENTILADOR CLIMATIZADOR EVAPORATIVO PORTÁTIL PARA O TRT DE ALAGOAS.
Data de proposição da demanda		17/08/2020
Proad		3539/2020
Código da previsão orçamentária		2502
Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	Unidade Administrativa	Coordenadoria de Material e Logística (CML).
	Servidor (a) responsável	Emanoel Ferdinando da Rocha Júnior.
	Ramal	8294
	E-mail	emanoel.junior@trt19.jus.br.
Integrante Técnico	Unidade Administrativa	Coordenadoria de Material e Logística (CML).
	Servidor (a) Responsável	Carlos Humberto Honório de Mendonça.
	Ramal	8205
	E-mail	carlos.humberto@trt19.jus.br.
Integrante Administrativo	Unidade Administrativa	Coordenadoria de Material e Logística (CML).
	Servidor (a) Responsável	Cristina Luna de Oliveira Leite.
	Ramal	8201
	E-mail	Cristina.leite@trt19.jus.br.
Integrante Administrativo	Unidade Administrativa	Coordenadoria de Material e Logística (CML).
	Servidor (a) responsável	Nhirley Maily Martins Melo.
	Ramal	8205
	E-mail	nhirley.melo@trt19.jus.br.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

1 – OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada no fornecimento de **VENTILADOR CLIMATIZADOR EVAPORATIVO PORTÁTIL PARA O TRT DE ALAGOAS**, conforme as condições deste Projeto Básico.

2 – JUSTIFICATIVA

2. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

2.1 – A justificativa para adquirir esses equipamentos objetiva melhorar a qualidade do ar e temperatura dos eventos realizados em locais abertos bem como nos átrios de unidades jurisdicionais que não possuem sistema fechado de climatização.

2.2 – As vantagens de se adquirir esse equipamento é que ele dispersa uma pequena quantidade de água que é evaporada e lançada ao meio ambiente, de forma constante e regular, através do processo de centrifugação em disco, em função do vapor frio expelido ser muito fino, ela rapidamente evapora em contato com os objetos, ambientes e seres humanos, retirando o calor do ar e diminuindo a temperatura em até 10c, dependendo das condições climáticas do ambiente.

2.3 – É que o clima de Alagoas é o **Tropical Atlântico**, em virtude de sua posição geográfica entre os trópicos e próximo ao mar. Enquanto no Leste Alagoano, as chuvas são mais regulares, no Sertão Alagoano, o índice pluviométrico é baixo, tornando a região muito seca. Assim, o clima do estado pode ser dividido em: úmido (Maceió e extremo norte), subúmido (leste) e semiárido (centro e oeste). Por sua localização, a amplitude térmica média alagoana fica em torno dos 6°C com temperaturas entre 21°C e 27°C. E as unidades da capital e do interior sofrem influência desse clima. Circunstância que também justifica a contratação e o quantitativo decorrente da média histórica de consumo desses equipamentos.

2.4 – Por isso, os resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentáveis, **é a climatização dos ambientes externos onde serão realizados eventos**, o que é suficiente ao preenchimento deste requisito.

2.5 – Ressalte-se que essa contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do TRT: **“Melhorar as condições ambientais de trabalho”** cujo indicador é o **“índice de satisfação do usuário”** da **Meta 4 do Planejamento Estratégico**.

2.6 – Registre-se que este **Projeto Básico (PB)** contém os requisitos essenciais para essa contratação, em obediência ao **Ato nº. 71/2017** e **legislação de regência**.

2.7 – Por fim, a comissão informa que há orçamento para essa aquisição no **Código 2502 (Ventilador Climatizador Industrial Portátil)** do **Plano Anual de Aquisição da CML para 2020**.




PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

3 – ESPECIFICAÇÕES DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

3.1 – A solução adotada neste Projeto Básico foi pesquisada através de sites especializados nesse tipo de produto, bem como visa atender à solicitação feita pela **Coordenadoria de Comunicação Institucional (CCI)**, considerando-se os descritores necessários indicados abaixo, a saber:

GRUPO ÚNICO

Item	Produto	Especificações	Quant. (Unid.)
1	Ventilador climatizador industrial portátil	<ul style="list-style-type: none">- Possuir pedestal/coluna.- Possuir altura de 2,30m.- Cor preto.- Possuir reservatório com capacidade de 20 litros.- Possuir vazão de água: Máximo de 17,5 litros/h e Mínimo de 1 litro/h.- Possuir 3 velocidades.- Silencioso.- Possuir motor monofásico.- Possuir tensão de alimentação elétrica de 220v.- Material resistente à maresia, corrosão e quedas.- Possuir rodízio na base que permita deslocamento.- Para uso industrial/comercial.- Possuir manual de uso/manutenção/garantia.- Possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias.- Referência: Marca GOAR – Modelo cl702c, compatível ou de melhor qualidade.  <p>(Imagem meramente ilustrativa)</p>	04
Quantidade total estimada			04



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

4 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1 – Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas na **Resolução nº. 103/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho**, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental, principalmente no que se refere aos aspectos e/ou exigências técnicas desse produto.

4.2 – Desse modo, são requisitos mínimos para a respectiva aquisição que deve obedecer aos critérios de sustentabilidade:

- A empresa deverá possuir a licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dias com as respectivas licenças;
- O produto deve observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;
- Os resíduos decorrentes da fabricação do produto cotado deverão ter destinação ambiental adequada;
- O bem seja constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável;
- Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- O bem deva ser, preferencialmente, acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

5 – ESTRATÉGIA DE COMPRA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

5.1 – Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO** prevista no **inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93** e alterações no **Decreto nº. 9.412/18 c/c MP nº. 961/2020**, notadamente pelo quantitativo de **04 (quatro) ventiladores climatizadores industriais portáteis**, bem como em face do valor apresentado pelo fornecedor melhor classificado na cotação de preços (**doc. nº. 16**), até o momento, estar abaixo de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**.

5.2 – Para julgamento da proposta, será considerada vencedora aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas, ofertar o **MENOR PREÇO**.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

5.3 – Os recursos orçamentários serão providos pelo orçamento do Tribunal.

5.4 – O recebimento e conferência de todo o material será realizado pela equipe da **Coordenadoria de Material e Logística/CML**.

5.5 – Qualquer problema relacionado à execução contratual deverá ser imediatamente notificado aos fiscais do contrato para as providências cabíveis.

5.6 – Eventuais intercorrências e ações de contorno estão elencadas no **item 17** deste Projeto Básico.

5.7 – Para tanto, a contratação fundamentar-se-á, ainda, nos seguintes normativos:

- **LEI COMPLEMENTAR Nº. 123, DE 14/12/2006**, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- **LEI FEDERAL Nº. 8.078/1990**, que dispõe sobre a proteção do consumidor;
- **LEI FEDERAL Nº. 9.784/1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, ambas subsidiariamente.
- **LEI FEDERAL Nº. 8.666, DE 21/06/1993**, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- **DECRETO FEDERAL Nº. 9.412/18**, que atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- **DECRETO FEDERAL Nº. 8.538, DE 06/10/2015**, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal.
- **ATO GP TRT 19ª Nº. 71/2017**, que estabelece procedimentos internos para a tramitação dos processos licitatórios no âmbito Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e sobre fiscalização e gestão dos contratos.
- **ATO GP TRT 19ª Nº. 206/98**, que regulamenta a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, instituído pela Instrução Normativa nº. 05, de 21/07/95 e atualizado pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 2, de 2010.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

6 – PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

6.1 – A licitante que apresentar a proposta mais vantajosa deverá oferecer a garantia quanto ao perfeito funcionamento dos produtos (**ventiladores climatizadores industriais portáteis**), bem como contra defeitos de fabricação, incluindo as suas substituições, tudo pelo prazo mínimo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento definitivo dos mesmos.

6.2 – Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta condição, a licitante deverá complementar a garantia dos produtos indicados no item “**6.1**” ofertadas pelo tempo restante.

7 – PRAZO DE ENTREGA, VIGÊNCIA E LOCAL DE ENTREGA

7.1 – O fornecimento dos **ventiladores climatizadores industriais portáteis** será efetuado **de uma única vez**, no prazo, quantidade, local e horário especificado neste **Projeto Básico (PB)**.

7.2 – A fornecedora estará obrigada ao cumprimento dos seguintes prazos:

7.2.1 – De no máximo **30 (trinta) dias** corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, para a **entrega de ventiladores climatizadores industriais portáteis** de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em sua proposta comercial;

7.2.2 – A entrega e instalação citada no item 7.2.1. deverá ser apresentada diretamente na Coordenadoria de Material e Logística do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, localizada à Rua Desembargador Artur Jucá, 179, 3º andar, Centro, CEP 57020-645, Maceió (AL), no horário das 07:45h às 14:30h, de segunda a sexta- feira.

7.3 – A vigência do contrato terá seu início no dia de sua assinatura, prevista no ETP para o mês de **outubro de 2020** terá seu termino previsto para o dia **31 de março de 2021**, considerando-se nesse lapso temporal a garantia contratual estipulada no item “**6.1**” e o prazo de entrega constante no item “**7.2.1**”.

7.4 – Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir a sua completa segurança durante o transporte.

8 – RECEBIMENTO DO MATERIAL

8.1 – Em conformidade com os artigos 73 e 76 da lei 8.666/93, mediante recibo, os materiais que vierem a ser adquiridos em face deste projeto básico serão recebidos:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

8.1.1 – Provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações e com a proposta;

8.1.2 – Definitivamente, em até **05 (cinco) dias úteis** após a verificação da conformidade com as especificações e com a proposta, quando será emitido termo de recebimento definitivo.

9 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1 – Nos termos do art. 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, a contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

9.3 – De acordo com o parágrafo 4º do artigo 9º do ATO Nº. 71GP/TRT 19ª, de 28/08/2017, indicamos os servidores **Emanuel Ferdinando da Rocha Jr. (CML)** e **Cícero Ferreira de Lima Filho (CML)**, para atuarem, respectivamente, como gestor e fiscal da presente contratação.

9.4 – A contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos, se em desacordo com as disposições contidas neste Projeto Básico e seus anexos.

9.5 – A fiscalização pelo contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades na contratação, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a co-responsabilidade da contratante ou de seus agentes ou prepostos.

9.6 – Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Projeto Básico, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a contratante.

9.7 – A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do Tribunal, não eximirá a contratada total responsabilidade pela má execução da contratação.

10 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 – A planilha de pesquisa de preços para esta ação destaca a estimativa do valor médio unitário e total da contratação, acompanhada pelas cotações de preços das empresas que apresentaram seus valores que são referenciais de mercado, entabulada numa planilha de cálculo de estimativa de preços de acordo com o praticado no mercado, abaixo, a saber:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

GRUPO ÚNICO

Item	Produto e Especificações	Quant. (Unid.)	PRICE VENTILADO RES – CNPJ: 58.351.438/0001 – 02. (São Paulo – SP) (R\$)	CATRAL Refrigeração e Eletrodomésticos – CNPJ: 02.375.921/0001-64. (Goiânia – GO) (R\$)	LOJAS AMERICANAS – CNPJ: 00.776.574/0006-60. (Internet) (R\$)	CIA DO VENTO – CNPJ: 116431180001 – 54. (São Paulo – SP) (R\$)	MANANCIAL SPRAY – CNPJ: 14.210.096/0001 – 27. (São Paulo – SP) (R\$)	LEROY MERLIM – CNPJ: (Só vende esse produto pela internet) (R\$)
1	<ul style="list-style-type: none">- Possuir pedestal/coluna.- Possuir altura de 2,30m.- Cor preto.- Possuir reservatório com capacidade de 20 litros.- Possuir vazão de água: Máximo de 17,5 litros/h e Mínimo de 1 litro/h.- Possua 3 velocidades.- Silencioso.- Possuir motor monofásico.- Possuir tensão de alimentação elétrica de 220v.- Material resistente à maresia, corrosão e quedas.- Possuir rodízio na base que permita deslocamento.- Para uso industrial/comer	04	1.115,00 – Unid. 4.460,00 A empresa apresentou produto que possui reservatório com capacidade de apenas 1,5 litros, mas que atende à demanda.	1.329,05 – Unid. 5.316,20	1.788,82 – Unid. (Frete de R\$ 933,32) 7.155,28 O preço já está considerando o frete de entrega do produto.	2.000,00 – Unid. 8.000,00 [Imposto (ICMS) de 11% = 880,00] Total de 8.880,00 A empresa apresentou produto que não possui pedestal.	2.380,00 – Unid. 9.520,00	3.489,90 – Unid. (Frete de R\$ 897,91) 14.857,51 O preço já está considerando o frete de entrega do produto.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

cial. - Possuir manual de uso/manutenção/garantia. - Possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias. - Referência: Marca GOAR – Modelo cl702c, compatível ou de melhor qualidade.							
Quantidade total da aquisição	04	4.460,00	5.316,20	7.155,28	8.880,00	9.520,00	14.857,51
Valor total da contratação						4.460,00	

11 – HABILITAÇÃO DOS PROPONENTES

11.1 – Para comprovação da habilitação serão exigidos os seguintes documentos:

11.1.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
 - b.1)** A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado contemplando as alterações posteriores, se houver;
- c) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
 - c.1)** Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas**

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2 – Regularidade fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, conforme o caso, referente ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei 12.440/2011.

11.1.3 – Para cumprimento do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988:

a) DECLARAÇÃO, firmada pela licitante de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze.

11.1.4 – Documentação Complementar:

a) Declaração de inexistência de fato impeditivo na habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº. 8666/93, e de atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 conforme modelo constante nos anexos II e III deste projeto básico;

b) Declaração de que não emprega e não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, Juizes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº. 09/2005, conforme modelo constante no anexo IV;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

c) Planilha contendo os dados gerais da empresa, conforme modelo constante no anexo V, para os efeitos de emissão da nota empenho e demais atos necessários.

11.1.5 – Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

11.1.6 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência por membro da Coordenadoria de Licitações.

11.2 – Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do **Acórdão nº. 1.793/2011 – Plenário**, como condição habilitatória, serão realizadas as seguintes consultas:

11.2.1. Aos registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (Portal da Transparência – www.transparencia.gov.br);

11.2.2. Aos registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis Por Ato de Improbidade Administrativa (Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – www.cnj.jus.br).

11.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (www.tcu.gov.br).

11.3 – Os documentos relativos à habilitação jurídica e regularidade fiscal poderão ser substituídos pela habilitação parcial no SICAF.

12 – CONTEÚDO DAS PROPOSTAS

12.1 – A proposta deverá ser digitada e impressa em papel timbrado da empresa, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas por quem de direito e deverá conter os seguintes elementos:

a) indicar CNPJ, endereço e telefone para contato;

b) Especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado já incluso todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento do produto. Em caso de discordância entre o preço unitário e total, prevalecerá o primeiro; ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso, prevalecerá o último;

c) Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias** corridos;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

- d)** Prazo de entrega do material de no máximo **30 (trinta) dias** corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento;
- e)** Declarar expressamente a concordância com as condições deste projeto básico.

13 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 – O pagamento deverá ser efetuado, no prazo de 5 dias após o recebimento do objeto, mediante apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

- a)** Nota fiscal de serviço/fatura discriminativa, devidamente atestada pela fiscalização;
- b)** Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c)** Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d)** CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

13.2 – A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no parágrafo anterior, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

13.3 – O TRT reterá, na fonte, sobre os pagamentos efetuados os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº. 1.234, de 11 de Janeiro de 2012 ou outra norma vigente à época da ocorrência do pagamento.

13.3.1 – Não haverá retenção acima caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, mediante comprovação da opção ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 3º da IN SRF nº. 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

13.4 – Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O. B. na unidade bancária.

13.5 – Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS, ao FGTS e a CNDT, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

14 – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

14.1 – Os preços ofertados serão fixos e irredutíveis.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas**

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1** – Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas;
- 15.2** – Fornecer os produtos devidamente embalados, de forma a não ser danificada durante as operações de transporte.
- 15.3** – Entregar, no prazo fixado neste Projeto Básico, o material conforme especificado, de acordo com as necessidades do contratante e na medida em que for solicitado.
- 15.4** – Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto constante no Projeto Básico, em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- 15.5** – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE, cujas obrigações a CONTRATADA deverá atender prontamente;
- 15.6** – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATANTE;
- 15.7** – Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato, mantendo sempre a regularidade quanto a esta responsabilidade;
- 15.8** – Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega do bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento do material pela contratante.
- 15.9** – Comunicar ao contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas para o fornecimento ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato.
- 15.10** – Substituir, no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação de irregularidade, o material entregue e não aceito pelo contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos, responsabilizando-se, integralmente, pelas despesas decorrentes da troca, ou seja, a entrega do bem novo e a retirada do bem a ser substituído.
- 15.10.1** – O material do item 15.10, deverá ser recolhido pela empresa contratada e, posteriormente, devidamente entregue, diretamente na Coordenadoria de Material e Logística do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, localizado à Rua Desembargador Artur Jucá, 179, 3º andar, Centro, CEP 57020-645, Maceió (AL), no horário das 07:45h às 14:30h, de segunda a sexta- feira.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas**

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

16 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 – O contratante deverá:

- a) propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de funcionários, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do TRT da 19ª Região;
- b) atestar a execução do objeto do contrato por meio do Fiscal do contrato, conforme previsão contratual;
- c) efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato; e
- d) fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

17 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- a) pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
- b) pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;
- c) pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
- d) pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
- f) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Projeto Básico e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

17.1.1 – As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

17.1.2 – As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

17.1.3 – O TRT da 19ª Região poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da contratação, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

18 – AÇÕES DE TREINAMENTO PARA FISCALIZAÇÃO

18.1 – Para essa finalidade, a equipe técnica entende que não há necessidade para realização de plano de ação específico para treinamento sobre fiscalização de contratos, considerando-se que a equipe de gestão e fiscalização desta contratação são servidores da CML que possuem experiência nesse tema, bem como o Regional, através da Escola Judicial (EJUD – XIX), dispõe de calendário anual de ações de treinamento que preparam os servidores para tanto.

19 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

19.1 – A equipe de contratação declara, para os devidos fins que se fizerem necessários, que a presente contratação, mediante **dispensa de licitação**, é viável e fundamental para este Regional, em se tratando de aquisição de equipamentos indispensáveis para a continuidade das atividades externas do TRT19ª.

20 – GESTÃO DE RISCO

20.1 – Objetivando sempre mitigar riscos e fazer um bom uso do dinheiro público, certificamos que o quantitativo de **04 (quatro) ventiladores climatizadores industriais portáteis** é suficiente para o atendimento dessa necessidade.

20.2 – Ressaltamos, ainda, que o insucesso da presente contratação, poderá trazer alguns transtornos à Administração deste Regional, tendo em vista que a falta desse equipamento poderá inviabilizar a realização de ações e eventos do TRT19ª.

21 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORÇAMENTÁRIO

21.1 – A presente aquisição está prevista no plano de aquisição e contratações da CML para o exercício de 2020, cujos recursos alocados para essa contratação são provenientes do **Código 2502 da CML (Ventilador Climatizador Industrial Portátil)**.

21.2 – Essa contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional do TRT: **“Melhorar as condições ambientais de trabalho”** cujo indicador é o **“índice de satisfação do usuário”** da **Meta 4 do Planejamento Estratégico**.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas**

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

22 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

22.1 – Os dados do TRT da 19ª Região: CNPJ: nº. 35.734.318/0001–80 e UASG: nº. 080022.

20.2 – Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto da contratação dentro dos limites estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

Maceió-AL, 16 de setembro de 2020.

EQUIPE DE CONTRATAÇÃO

**Emanoel Ferdinando
da Rocha Júnior - CML
Integrante Requisitante**

**Carlos Humberto
Honório Mendonça -
CML
Integrante Técnico**

**Cristina Luna de
Oliveira Leite - CML
Integrante
Administrativo**

**Nhirley Maily
Martins Melo - CML
Integrante
Administrativo**

(Assinado eletronicamente pela equipe de contratação)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA

A empresa _____ com sede na cidade de _____ (rua, avenida, etc.) _____, nº. _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, com domicílio bancário no banco _____, agência n, conta nº. _____ neste ato representada por _____, abaixo assinado, interessada no **fornecimento de 04 (quatro) ventiladores climatizadores industriais portáteis**, para o TRT da 19ª Região, conforme as condições estabelecidas no Projeto Básico, objeto da Dispensa de Licitação, constante no **Proad nº. 3539/2020**, propõe ao TRT da 19ª Região, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:


GRUPO ÚNICO

Item	Produto	Especificações	Quant. (Unid.)	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Ventilador climatizador industrial portátil	<ul style="list-style-type: none">- Possuir pedestal/coluna.- Possuir altura de 2,30m.- Cor preto.- Possuir reservatório com capacidade de 20 litros.- Possuir vazão de água: Máximo de 17,5 litros/h e Mínimo de 1 litro/h.- Possua 3 velocidades.- Silencioso.- Possuir motor monofásico.- Possuir tensão de alimentação elétrica de 220v.- Material resistente à maresia, corrosão e quedas.- Possuir rodízio na base que permita deslocamento.- Para uso industrial/comercial.- Possuir manual de uso/manutenção/garantia.- Possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias.- Referência: Marca GOAR – Modelo cl702c, compatível ou de melhor qualidade.	04		



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

				
	(Imagem meramente ilustrativa)			
Quantidade total da aquisição		04		
Valor total da contratação				

Declaramos:

a) expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e Seus anexos, bem com que no preço unitário ofertado estão inclusas as despesas diretas e indiretas, com fornecimento de todos os insumos, de conformidade com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

b) que nos preços contidos na proposta estarão incluídas todas as despesas decorrentes do **fornecimento de 04 (quatro) ventiladores climatizadores industriais portáteis**, inclusos taxas, impostos, tarifas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo do produto, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto, durante todo o período de vigência do contrato.

c) que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de abertura das propostas.

Local, dede 2020.

.....
Representante Legal da Empresa



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas**

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

ANEXO II

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO NA FORMA DA
RESOLUÇÃO CNJ Nº. 07/2005, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº. 229/2016.**

REF.: PROAD Nº. 3539/2020

AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO PREGÃO

A -----empresa-----, inscrita no CNPJ sob o nº. -----, com sede ----- endereço ---
--, neste ato representada por ---- cargo ----, -----nome do responsável -----, portador(a)
da Cédula de Identidade com Registro Geral nº. ----- e inscrito(a) no CPF sob o nº. -
-----, residente e domiciliado(a) em ----- -----, declara sob as penas da lei:

- não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,
colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de
cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores
ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou
indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Declara, outrossim, ter conhecimento de que:

- a vedação do parágrafo anterior se estende às contratações deflagradas quando os
magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos
respectivos cargos e funções, assim como as iniciadas até 6 (seis) meses após a
desincompatibilização.

E, ainda, estar ciente de que:

- nada obsta que a Administração vede a contratação de empresa pertencente a parente
de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, a
exemplo dos atuantes exclusivamente na área judiciária, sempre que identificar, no caso
concreto, risco potencial de contaminação do processo licitatório.

.....

(local e data)

.....

(nome e assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

ANEXO III

PLANILHA DE DADOS PARA PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DE OUTROS
ATOS NECESSÁRIOS – PROAD Nº. 3539/2020

Dados da Empresa:

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
CEP	
Fones:	
Fax	
E-mail	
Site internet	

Dados do Representante da Empresa:

Nome	
Cargo	
Nacionalidade	
Estado civil	
Profissão	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	
Cart. de Identidade	
Órgão Expedidor	
CPF	

Dados Bancários da Empresa

Banco	
Agência	
Conta	

Dados do Contato com a Empresa:

Nome	
Cargo	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	

Empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL?

- () Sim
() Não